

APLICAÇÃO DO MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE (MNI) PARA AUMENTAR A CELERIDADE DE PROCESSOS JUDICIAIS EM PROCURADORIAS MUNICIPAIS

Congresso Internacional de Direito e Tecnologia, 1ª edição, de 10/05/2021 a 13/05/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-05-0

CEZARE; Thales de Társis ¹, JUNIOR; Adalberto Luiz Dos Santos ²

RESUMO

O Modelo Nacional de Interoperabilidade (M.N.I.) (SILVEIRA, 2015) tem como finalidade a troca de dados entre sistemas heterogêneos (SAJDIGITAL, 2020), utilizando a tecnologia *XML Schema Document* (X.S.D.), os dados são armazenados em um arquivo XML, que é enviado para outro sistema. Esse projeto visa o estudo do M.N.I. e sua aplicação em um sistema de gerenciamento de processo jurídico, com o objetivo de controlar os processos de diferentes tribunais. Todas as funcionalidades do M.N.I. serão avaliadas para aplicação. A principal motivação do trabalho em questão é a possibilidade de diminuir o tempo de processamento de um processo jurídico, através da tecnologia de *WebService*. O presente trabalho torna-se relevante quando se nota que o tempo de resolução de um processo, é maior que o tempo de entrada de um novo processo, ou seja, enquanto 1 (um) processo ainda está sendo resolvido, vários outros são iniciados, assim, fazendo com que o tempo dos processos para serem resolvidos diminuam, embora existam alguns tribunais que são mais céleres no processo (TJSP, 2018), ainda se percebe um tempo muito grande na tramitação. Outro ponto importante é o ajuizamento em lote, isso facilitaria os processos de procuradorias municipais em processos de execução fiscal. Como resultado desse trabalho espera-se que seja possível gerenciar os processos de forma automática garantindo celeridade ao processo. Funcionalidades como verificação de movimentação, controle de agenda, e armazenamento de documentos eletrônicos utilizados no processo serão possíveis, existindo ainda a possibilidade de realização de ajuizamento em lote e a criação de petições automaticamente.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo Nacional de Interoperabilidade, Procuradoria, Desenvolvimento de Software, Processos Jurídicos

¹ Fatec de Mogi Mirim

² Fatec de Mogi Mirim